

## DISPUTAS SIMBÓLICAS NA CIDADE MARAVILHOSA: ATORES, INSTRUMENTOS E GRAMÁTICAS TERRITORIAIS

### **Fernanda Sánchez**

Universidade Federal Fluminense - UFF

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU

Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano - GPDU

sanchezf2010@gmail.com

### **Bruna Guterman**

Universidade Federal Fluminense - UFF

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU

Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano - GPDU

bruna.guterman@gmail.com

### **Paula Laiber**

Universidade Federal Fluminense - UFF

Escola de Arquitetura e Urbanismo - EAU

Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano - GPDU

paulalaiber@hotmail.com

### **Introdução**

As políticas urbanas neoliberais, que conhecemos no Brasil há cerca de duas décadas, vêm sendo formuladas no âmbito de uma economia simbólica que afirma visões de mundo, noções e imagens, as quais acompanham as ações de reestruturação urbana. Operações para reconversão de territórios, grandes projetos urbanos e megaequipamentos culturais ou esportivos são acionados para soldar as forças sociais das cidades e trazidos pela mão de coalizões de promotores urbanos que apresentam projetos de cidade ditos consensuais e competitivos.

Frente às realidades da fragmentação, tais operações urbanas procuram, então, integrar simbolicamente a cidade e envolvê-la em uma “política-espetáculo” (Acsehrad, 2007).

O presente artigo tem como objeto a chamada Cidade Maravilhosa e as disputas simbólicas em torno ao projeto de cidade para os megaeventos Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos Rio 2016. Nesse sentido, o trabalho procura desafiar essa aparente integração simbólica, problematizando suas fissuras, contradições e promessas, que ficaram ainda mais explícitas sobretudo a partir das chamadas Jornadas de Junho de 2013.

Efetivamente, o Rio de Janeiro é uma cidade com elevada densidade simbólica (Ribeiro, 2006). Nos últimos anos, sobretudo após o anúncio de 2009 como cidade oficial dos Jogos, sua imagem forte, bastante cristalizada na esfera nacional e internacional, vem sendo instrumentalizada para o projeto de cidade olímpica.

O atual aparato de produção simbólica, impulsionado pela coalizão hegemônica deste projeto de cidade, promove uma imagem urbana “gentrificada” (Smith, 1996) e “disneyficada” (Zukin, 1993) de espaços consumíveis pela *world class*, com a diluição das diferenças, o apagamento das desigualdades e a homogeneização de gostos e valores, acarretando consequências a longo prazo no que se refere a seus efeitos relativos à apropriação dos espaços públicos, à igualdade social e à constituição da cidadania.

A hipótese desenvolvida no presente artigo está centrada na ideia de que os conflitos urbanos e as disputas simbólicas, na atual cena urbana carioca, geram uma gramática territorial nova. Tal gramática desafia, em suas grafias – corpo-grafias (Jacques, 2008), geografias relacionais - no sentido trabalhado por Doreen Massey em “geometrias de poder” (2008), o atual projeto de cidade.

Essa gramática compreende ações combinadas e reconhecíveis nos territórios: escolhas locacionais pelos sujeitos das resistências, uso de instrumentos comunicacionais e modos de interação inovadores nos espaços públicos, acionamento de contrapontos relacionados às imagens oficiais dos lugares, subversão de sentidos tradicionais atribuídos aos lugares urbanos e edifícios emblemáticos, busca dos holofotes das grandes mídias pela cuidadosa inscrição territorial dos conflitos, para dar-lhes centralidade na luta pelos direitos urbanos.

Para trabalhar com este objeto teórico e empírico, construímos um patamar de análise que relaciona o direito à cidade e à co-presença (Lefebvre, 1968) com os conflitos urbanos (Miraftab, 2009), o poder simbólico e as lutas simbólicas (Bourdieu, 1989), as ordens de legitimação (Boltanski e Chiapelo, 1999), os grandes projetos urbanos GPUs e seus efeitos de ruptura no espaço social das cidades contemporâneas (Oliveira *et al.* 2012), a produção do imaginário da cidade olímpica (Sánchez 2010), também associada ao patriotismo de cidade e à construção de consensos (Vainer, 2000; Broudehoux, 2007), assim como a uma contestada gramática territorial que produz novas assimetrias e desigualdades, contestação esta que pode ser identificada em diversas expressões territoriais e escalas: das microresistências às grandes manifestações.

A estrutura do artigo está composta pela presente introdução, com a apresentação do problema central e a orientação metodológica. Segue com a segunda seção, acerca do projeto de cidade em sua relação com os megaeventos esportivos. A terceira seção aborda a relação entre discursos, imaginários e espaços urbanos para iluminar o que está em disputa no Rio de Janeiro dos megaeventos. Logo, a quarta seção está dedicada às diferentes práticas e expressões das resistências, cujos sujeitos constroem relações simbólicas e territoriais com o atual projeto de cidade, configurando novas gramáticas.

## **2-O projeto de cidade e os megaeventos esportivos: a cidade maravilhosa e olímpica**

Esta seção procura trazer alguns elementos de discussão acerca do processo de produção da imagem de marca da cidade, associada aos Jogos Olímpicos Rio 2016. Tal megaevento, inspirado em modelos internacionais, exerce forte influência nas dinâmicas da cidade, mediante utilização de estratégias de “branding” e “city marketing” para promover a transformação de diversos espaços urbanos. Segundo Arantes (2000), esta forma de planejamento das cidades tem por objetivo central “inserir a cidade-alvo em um nó da rede internacional de cidades”.

Nesse contexto, os megaeventos expandem domínios para além da arena esportiva, sendo associados a uma série de imagens-síntese da cidade, chaves para a construção da “cidade-marca”. Tal movimento agrega ideias-força que redefinem representações sobre o espaço por meio da transformação e construção de imaginários em diversas escalas.

Efetivamente, não podemos subestimar o poder da imagem, a importância da dimensão simbólica nesta nova economia política de signos, produtora de uma política espetáculo, que intensifica a chamada “sociedade do espetáculo” (Debord, 1967). Trata-se da cidade transformada em produto, vendido para investidores, turistas e consumidores.

A arquitetura e o urbanismo olímpicos também comparecem, como peças fundamentais dessa produção simbólica, como linguagens que afirmam e atualizam a imagem da cidade, como instrumentos produtores de espacialidades que configuram o projeto de cidade e sua gramática. Os estudos sobre a relação entre as vilas olímpicas e a imagem da cidade ao longo do século XX (Muñoz, 2005), assim como o rol dos megaeventos no *aggiornamento* do *branding* das cidades, deixam clara sua função instrumental na política urbana.

Nesta economia simbólica que cerca os megaeventos, liderados pela FIFA, pelo COI e pelas coalizões dominantes de poder localizado, a marca olímpica comparece com manual de instruções de planejamento e de urbanidade *world class* (Broudehoux, 2007; Gold & Gold, 2011; Horne, 2014). A cidade marca não é um eufemismo, uma simples metáfora. Veja-se o caso da “Brandcelona” (Muñoz, 2003), modelo e permanente fonte de inspiração para a cidade olímpica em sua versão carioca. Barcelona exporta seu modelo em estado puro para o Rio de Janeiro. O selo catalão está na circulação de expertise de Barcelona desde o primeiro Plano Estratégico da cidade nos anos 90, aos primeiros eventos de preparação dos Jogos em 2009 até os mais atuais. O selo também está na assinatura dos projetos de arquitetura assim como no planejamento do Porto Maravilha, com participação especial da Agência Barcelona Regional (BCN).

O conjunto de instrumentos simbólicos – campanhas, peças publicitárias, arquitetura emblemática com assinaturas do *star system*, logomarcas, locações de filmes, *jingles* comemorativos, festivais internacionais, densa agenda de eventos e até um jogo de tabuleiro, o Monopoly Cidade Olímpica, constituem, numa complexa teia, a cena urbana mediante a qual a coalizão de poder quer vender a cidade renovada, pronta para sediar, com êxito, os eventos globais. Efetivamente, os megaeventos têm efeitos ideológicos (Oliveira et al, 2012). Ao esconder dos olhares internacionais as manifestações da deficiência do capitalismo e projetar a aparência de uma sociedade modelo, de um *ethos* feliz e “pacificado”, os processos de construção de imagem acabam por distrair a atenção do lado mais sombrio do neoliberalismo, com base em várias exclusões, violência e produção de desigualdades.

A construção da coesão social e da confiança dos cidadãos no projeto olímpico é objetivo para o qual não têm sido poupados esforços publicitários. Os megaeventos esportivos têm se tornado eventos globais crescentemente midiáticos e a imagem urbana está a serviço da promoção do lugar, tanto como instrumento de coesão social quanto para atração de investimentos e de visitantes.

Foi construída a ideia de que chegou “a vez do Rio”, um “momento único” para a cidade e seus cidadãos a partir de 2009. A partir da imagem cristalizada do “Rio do turismo, do lazer e de belezas incomparáveis”, o projeto da cidade olímpica busca sua atualização e associação a novos valores, produzindo a imagem de uma nova cidade que além de bela é também segura para investimentos, para os cidadãos e para o turista. Tal produção tem demandado políticas públicas de caráter civilizatório, ordenador, dentro da lógica mercantil

do espetáculo, como mostrou Broudehoux (2007) para o caso das Olimpíadas de Beijing 2008.

No que se refere à adesão social, busca-se despertar o orgulho cívico e a promoção do “patriotismo da cidade”, (Vainer, 2000) com ações específicas destinadas a aumentar o grau de satisfação da população com os objetivos da reestruturação urbana: “Uma notícia como esta, você tinha que guardar de lembrança. A cidade que você escolheu para viver, o mundo escolheu para sediar os Jogos de 2016. Parabéns, Rio.”<sup>1</sup>

No site oficial dos Jogos Rio 2016 ([www.rio2016.com.br](http://www.rio2016.com.br)) em vídeos promocionais podem ser percebidas as representações sociais tais como “Rio cidade solar”, “povoada de gente amiga e feliz”. Essas representações, entrelaçadas aos aspectos pinçados das identidades culturais cariocas, como o samba e sua “tradicional” ginga, são capturados, organizados e reapresentados sob a forma de imagens-síntese, como fatores positivos que irão legitimar ainda mais a “magia” dos Jogos Olímpicos. Tais imagens-síntese parecem evocar a cidade como totalidade, um pretenso *ethos* carioca para consumo externo. Da mesma forma que são potencializadas imagens-síntese da urbe outras imagens da cidade complexa e contraditória se encontram veladas.

As representações produzidas para a “venda da cidade do Rio” podem ser interpretadas como peças de afirmação da hegemonia local, pelas quais o poder de classe das elites é legitimado e oferecido ao consumo do estrangeiro, onde a cultura popular ressurgiu pacificada, as misturas sociais são toleradas e as diferenças domesticadas, para valorizá-las como traços da urbanidade carioca. Diversidade e harmonia num sítio de grande beleza paisagística produzem a imagem-síntese que remete ao mito de origem da “Cidade Maravilhosa”, que busca consensos ao mesmo tempo em que dilui conflitos.

A estigmatização da população mais pobre e o constrangimento à sua presença nos espaços projetados para a recepção do megaevento garantem a acumulação de capital simbólico (Bourdieu, 1989) para os agentes da nova ordem urbana. Tais agentes produzem a “marca” estratégica da cidade, contudo, eles não podem controlar totalmente as imagens urbanas. Outras imagens concorrentes irão circular junto às oficiais, antes, durante e após o evento (Broudehoux, 2014).

Os espaços públicos são capturados pela espetacularização e transformados em cenários midiáticos, homogêneos, marcas registradas da cidade. Como alvos de “revitalização” têm como referência os espaços privados: controlados, domesticados e

---

<sup>1</sup> O Globo 03/10/2009

seguros. Os projetos do Porto Maravilha, do novo Maracanã e do Parque Olímpico são exemplos emblemáticos desta espetacularização homogeneizadora.

A espacialização de ações apologéticas e críticas acerca da “cidade maravilhosa e olímpica” torna-se essencial se a cidade é compreendida como arena de disputas, com suas gramáticas confrontadas. Nas diversas apropriações do espaço público na cidade olímpica estão presentes os conflitos, a distribuição desigual de poder, os usos, rupturas e forças que percorrem e se apropriam do tecido urbano. O espaço como trajetórias múltiplas, simultâneas e assimétricas é a substituição de uma síntese por várias outras narrativas espaciais, a serem reconhecidas.

A projeção de uma imagem urbana marcada pela negação de tensões sociais tem poder despolitizador, fazendo com que as reivindicações dos diversos movimentos de resistência sejam deslegitimadas. Hoje, contudo, a imagem da Cidade Maravilhosa está desafiada por uma conjuntura que desconstrói representações e estereótipos, até mesmo aqueles que pareciam cristalizados. Há uma reinvenção da política na cena urbana. Ruas, avenidas e espaços públicos são tomados pelos cidadãos, que reconfiguram a gramática territorial da Cidade Olímpica, mostrando que a “cidade maravilhosa” é mais que um cartão postal, também pode ser a cidade que luta.

### **3- Imagens, imaginários e espaços: O que está em disputa no Rio Olímpico?**

No início de 2013, a prefeitura municipal do Rio de Janeiro promove o lançamento do jogo “Banco Imobiliário Cidade Olímpica”, com um gasto de aproximadamente US\$ 500 mil, com a finalidade (inicial) de distribuir 20 mil exemplares para a rede municipal de ensino<sup>2</sup>. A cidade maravilhosa, sede dos Jogos Olímpicos 2016, se torna ela mesma um jogo, onde as regras e objetivos trazem a cidade empresa e o marketing urbano explicitados no tabuleiro.

No jogo, os participantes podiam comprar e vender propriedades e equipamentos em pontos turísticos da cidade olímpica, promovidos pela atual prefeitura: “Vence quem levar os oponentes à falência”. Pulando de casa em casa o jogador passa pelo bairro da Lapa, ou pelo Parque Olímpico e até mesmo pelo Maracanã, tudo com seu devido valor de troca e uso. No caminho pode ter a sorte de receber a carta que informa que “seu imóvel foi valorizado após a pacificação da comunidade vizinha” e com isso receberá seu bônus.

---

<sup>2</sup> “Jogo infantil promove nas escolas obras de Eduardo Paes” (reportagem de capa). Jornal O Dia 21/02/2013.

Esse jogo poderia ser uma irreverente crítica à cidade marca, se não fosse o detalhe sórdido de ter sido elaborado para distribuição nos estabelecimentos de ensino da rede pública. As entrelinhas e eufemismos presentes na retórica do jogo mostram o que realmente está em disputa no Rio Olímpico. As estratégias para que esse projeto de cidade seja colocado em prática são inúmeras e ardilosas, reconhecíveis nas imagens, imaginários e espaços da cidade.

O lançamento do jogo gerou severas críticas e crescentes tensões. Os professores da rede municipal, com apoio popular, se manifestaram contrários à distribuição do jogo nas escolas e, mediante ação judicial, conseguiram o recuo da prefeitura. Em uma manifestação dos professores em plena Cinelândia (localizada no centro do Rio), sob a bandeira por melhores salários, o “Banco Imobiliário Cidade Olímpica” foi utilizado como instrumento de disputa simbólica. Um grande tabuleiro foi montado em praça pública e as regras visavam agora penalizar o prefeito pelos projetos impopulares e desenfreados gastos públicos. O mesmo instrumento, um jogo, utilizado em ação coletiva no espaço público, disputava novos sentidos, como o de “virar o jogo” e inscrevia a luta numa nova gramática territorial.

Como espacialização da ação política o espaço público, mesmo quando (re)projetado sob feições “socialmente assépticas”, ao contrário de esvaziado de seus sentidos, traz nos usos e contra-usos nele inscritos a contribuição para a ativação do seu caráter público (Leite, 2002). Massey (2008) corrobora com esta leitura do espaço que surge como esfera de possibilidades, coexistência da multiplicidade e do “conflito” de muitas “vozes” e trajetórias, ou seja, expressão da heterogeneidade social.

Se o espaço público é o território onde discursos e imaginários do Rio Olímpico são disputados, controla-los se faz necessário para as políticas urbanas. A cidade maravilhosa e olímpica precisa também ser segura e ordenada. A coexistência de ações de dissenso e ações de repressão e controle revela as lutas simbólicas pelas diversas apropriações dos espaços públicos. Recentemente, nas chamadas Jornadas de Junho 2013, como ficaram conhecidas as manifestações em diversas cidades do Brasil durante a Copa das Confederações, a disputa pelo espaço público ganhou protagonismo. O povo estava no centro da cena urbana a ofuscar o megaevento e ressemantizá-lo definitivamente como a “Copa das mobilizações.”

Entoando as palavras de ordem “Vem pra Rua” centenas de milhares de pessoas ocuparam ruas e avenidas do centro da cidade bem como as imediações do estádio Maracanã em dias de jogos. Esses “usos e contra-usos” daquele momento podem ser traduzidos, na

ideia de Hannah Arendt (2007) de “direito a ter direito”, como a liberdade da ação dos homens no espaço público.

Para além das ordens de legitimação (Boltanski; Chiapello, 1999) das reivindicações populares, os grupos sociais em suas estratégias de dissenso buscavam desconstruir os símbolos e discursos dominantes que estavam em disputa, em mídias, redes e ruas. A própria expressão “Vem pra Rua” fazia alusão à propaganda de um dos patrocinadores daquele evento. A música que tocava no anúncio dos intervalos dos jogos trazia o refrão “Vem pra rua, porque a rua é a maior arquibancada do Brasil”. A estratégia de desconstruir o, até então inabalável, patriotismo de cidade, resultou no incremento dos protestos e na consequente retirada da referida propaganda do ar, pois nessa altura ela evocava as manifestações e não o sucesso da Copa das Confederações.

Mediante um aparato de segurança e controle “padrão FIFA” sujeitos coletivos e vozes dissonantes sofreram sucessivas tentativas de deslegitimação e, para isso, além de uma política repressora, instrumentos advindos de uma “cidade da exceção” (Vainer 2011) são acionados para reparar percepções estigmatizadas de violência, desordem e criminalidade. Como parte do esforço de criação da marca “Rio 2016” tornou-se necessário potencializar imagens positivas, mas principalmente converter as imagens negativas do Rio no exterior, sobretudo aquelas relacionadas às representações da “cidade sem lei”. Ao final de 2008 inicia-se a política de “pacificação da cidade” mediante a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) como política pública de segurança, iniciativa do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Segundo o site oficial do governo seu principal objetivo é “retomar territórios dominados por grupos criminosos e estabelecer o Estado Democrático de Direito”.

A “cidade pacificada” é uma noção associada ao mito da oferta da “cidade segura”, a política de segurança é justificada com a retórica do espetáculo: a decisão de “extinguir a violência”, de “restituir a ordem”. Pratica-se, assim, uma standardização simbólica: transmite-se a ideia de uma urbe pacificada, com as parcelas incômodas ou indesejáveis da cidade agora controladas pelo poder público. Juntamente com a pacificação de territórios, estrategicamente localizados em favelas na zona sul da cidade (principal área turística) e nos arredores dos anéis olímpicos, ocorre uma supervalorização imobiliária, tendente à gentrificação.

As favelas sob intervenção são transformadas em cenário da cidade pacificada e passam a constituir ainda fator de valorização imobiliária. Os territórios da pobreza são capturados pela imagem da cidade-marca. Naqueles territórios selecionados para compor a

imagem da renovação urbana, ressaltam-se as intervenções eleitas como linguagem de gramática territorial da cidade olímpica, que agora passam a fazer parte do espetáculo: o elevador no Morro do Cantagalo, a passarela de Niemeyer na Rocinha, o teleférico no Complexo do Alemão e no Morro da Providência.

David Harvey em seu recente livro “Rebel Cities” (2012) irá afirmar que nas cidades, o lugar onde o capital exerce sua mais abominável exploração e onde a vida está cada vez mais “insuportável”, “novas” formas de sociabilidade, identidade e valores estão se transformando e criando “alternativas” ao que parecia imutável a aparentemente consensual. E estas experiências de gramáticas espaciais insurgentes, em alguns casos, florescem no espaço público (Mitchell, 1995).

As reflexões a respeito da economia simbólica da produção do consenso bem como a respeito dos casos emblemáticos de lutas simbólicas recolocam algumas questões: as transformações urbanas podem ser pensadas sob uma nova ótica a partir das experiências de resistência? Como as práticas de resistência constroem relações simbólicas e territoriais com o atual projeto de cidade? De que modo os projetos de resistência disputam efetivamente o espaço da cidade e sua apropriação social? Uma aproximação a tais questões terá lugar na sessão 4 deste artigo.

#### **4- Sujeitos, instrumentos e estratégias de luta contra a utopia da cidade olímpica sem conflitos**

“Não há relações de poder sem resistências”, já dizia Foucault.<sup>3</sup> Muitos movimentos de resistência e coletivos sociais começaram a vislumbrar que juntamente com a construção da ideia de que chegou “a vez do Rio”, um “momento único” para a cidade se destacar no cenário internacional, os holofotes voltados para a cidade “maravilhosa” e olímpica também poderiam iluminar sujeitos e territorialidades ofuscados pela paisagem cristalizada do cartão postal.

As práticas de resistência à cidade olímpica trazem tensões à “esfera da mercantilização da vida” (Lefebvre, 1968) e colocam no centro da agenda política a bandeira do direito à cidade. As “vozes das ruas”, a “redemocratização” do país na qual o “direito à cidade” se afirma e legitima, passam a ser importantes referências para os atores que vão se

---

<sup>3</sup> “...não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica, então, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta, sem que para tanto venham a se sobrepor, a perder sua especificidade e finalmente a se confundir. Elas constituem reciprocamente uma espécie de limite permanente, de ponto de inversão possível” (Foucault 1995:248).

constituindo nas experiências de insurgência. Entretanto, as vozes dissonantes sempre encontraram enormes desafios para se fazerem ouvir. A resistência é vista, muitas vezes, como “contra” a cidade e inimiga do progresso. Suas estratégias são deslegitimadas e enfraquecidas.

No meio desse jogo, onde estratégias são desconstruídas e a luta por direitos se insere no palco do “espetáculo olímpico”, a grande mídia constitui instrumento poderoso. Reconhecida como o “quarto poder”, é porta voz da esfera política e da empresarial. Contudo, um ativismo digital nas redes sociais da internet se destaca como relevante instrumento de luta na nova cena urbana. Instaurou-se uma batalha midiática em cujo âmbito nasceram ou renasceram coletivos de resistência que buscam lutar pelo direito de ter direitos. Apesar de identificarmos uma relevante contribuição deste ativismo digital no campo das disputas simbólicas, será a espacialização desses movimentos nas ruas que legitimará as lutas. É nas ruas e praças, espaços públicos soberanos da cidade, que novas gramáticas territoriais são forjadas.

A fagulha que fez explodir as manifestações em plena Copa das Confederações (junho 2013) está diretamente relacionada com a mercantilização da cidade. A degradação na qualidade de vida dos cidadãos, a precarização das relações de trabalho, o enfraquecimento do estado de bem estar social são alguns indícios de que a luta pelo direito à cidade precisa ser uma luta contra o sistema. A apropriação do espaço público para reivindicar direitos e colocar em prática estratégias divergentes, desconstrói imagens fortes e instrumentalizadas de “cidade maravilhosa”, imagens que pareciam cristalizadas e homogêneas, agora desafiadas por uma nova conjuntura que só se realiza por meio de novas imagens, relações de poder e gramáticas territoriais que subvertem seus sentidos. Nas palavras do Movimento Passe Livre – São Paulo (MPL-SP):

A cidade é usada como arma para sua própria retomada: sabendo que o bloqueio de um mero cruzamento compromete toda a circulação, a população lança contra si mesma o sistema de transporte caótico das metrópoles, que prioriza o transporte individual e as deixa à beira de um colapso. Nesse processo, as pessoas assumem coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano.<sup>4</sup>

Entretanto na efervescência desses atos, seus sentidos também são disputados. A mídia tem se encarregado de rotular e deslegitimar essa irrupção de resistência por meio de representações negativas. Enquanto na França ou no Egito “manifestantes” incendiavam

---

<sup>4</sup> Extraído do artigo de Raquel Rolnik “As vozes das ruas: as revoltas de Junho e suas interpretações” (2013)

ônibus e fechavam ruas e praças, aqui no Brasil os “vândalos” destruíam o patrimônio e mobiliário urbano. A “desordem urbana” causou perplexidade na mídia e nas autoridades da FIFA e do COI, “manchando” a imagem de futura cidade sede da Copa 2014 e dos Jogos Olímpicos 2016.

Ao refletir sobre as diversas apropriações do espaço público a partir das Jornadas de Junho destacamos a mobilidade (ou a imobilidade) e as estratégias dos sujeitos que a tomam como questão importante. Dois conceitos, trabalhados por Haesbaert (2012), nos ajudam a reconhecer as rupturas advindas da (i) mobilidade: as estratégias de contenção territorial (temporárias ou permanentes) e, em contrapartida, as estratégias de contornamento (que visam resistir à imobilidade imposta).

Essas estratégias são identificáveis especialmente a partir daquela conjuntura do Rio de Janeiro. A luta por direitos na cidade, na questão da mobilidade, traz na sua essência inúmeras estratégias de contenção territorial posto que a dinâmica da cidade (e com isso o comprometimento da circulação de mercadorias e pessoas) se fragiliza muito mais com inúmeros ônibus interrompendo a circulação de grandes avenidas do que com motoristas em greve parados nas garagens das empresas de transporte. Também foi gráfica e eloquente o evento-protesto com a interrupção do trânsito de uma grande avenida por meio de sofás, onde permaneceram sentadas as famílias então removidas, corpografia urbana mediante a criação de uma situação de ruptura (Debord, 1967) do cotidiano para promover reflexão e inscrever o conflito por moradia na cena urbana <sup>5</sup>.

A imobilidade pode ser capturada tanto por estratégias de resistência quanto por estratégias de repressão e controle. Posto que, se policiais “invadem” (na visão dos moradores) ou “tomam o território” (na visão do governo ou da mídia) de uma favela para a instalação de alguma UPP, ruas e vielas da mesma são “fechadas”. O fechamento pode ser lido como uma estratégia “militar” de dominação do local, pois um espaço “fechado” é mais fácil de controlar, como pode ser uma estratégia de contornamento da própria população que busca lutar contra uma ação opressora e violenta.

A gramática territorial se mostra um instrumento relacional de análise de como certos coletivos estão encontrando, nas apropriações diversas do espaço público, importantes estratégias para marcar presença nas disputas sociais, políticas e simbólicas dos espaços urbanos espetacularizados. Outros eventos recentes na cidade do Rio de Janeiro ilustram

---

<sup>5</sup> Amorim, B; Candida, S. “Prefeito quer estabelecer regras para manifestações”. O Globo, Caderno Rio, 01.03.2014.

também essa disputa por imagens e imaginários. O carnaval 2014, megaevento que mais atrai turistas, foi marcado pela Greve dos Garis (trabalhadores que limpam as ruas da cidade) por melhores condições de trabalho. Sujeitos dessa causa, que anteriormente não teriam tanta adesão ou espaço nas mídias, buscaram, na cuidadosa inscrição territorial e temporal, suas principais estratégias para legitimar o movimento.

O que sujaria mais a imagem da cidade maravilhosa do que importantes ruas de bairros da zona sul, principal área turística da cidade, e da área central repletas de montanhas de lixo em pleno carnaval? Juntamente com essas ações espaciais orquestradas, o discurso acerca da continuação da luta pelos direitos na cidade de exceção, que tinham como marco principal as jornadas de junho 2013, reforçaram a causa dos garis, que teve um importante apoio da população. Mesmo com a tentativa de deslegitimação operada pela mídia, por meio da imagem de caos e desordem “afugentando” os turistas, o movimento teve seu lugar de destaque nos holofotes da cidade e culminou com o êxito da greve.

Sujeitos e dispositivos constituem, por meio de princípios e arranjos espaciais, gramáticas territoriais conflitantes. Se alguns movimentos de resistência conseguem ser vistos e ouvidos pela ousadia de sua presença nas ruas e praças da cidade, os aparatos de controle e repressão do estado se fazem presentes, em contínuos jogos de poder. A prisão arbitrária de manifestantes, a criminalização dos movimentos sociais combinadas ao controle territorial da FIFA fizeram com que manifestações e protestos durante a Copa do Mundo 2014 não tivessem, um ano depois, o mesmo fervor da “Copa das Mobilizações”. Nos “territórios FIFA” é possível identificar uma clara gramática territorial para os estádios e seus entornos. São linguagens com princípios e leis que os regulam, impõem a gramática do controle com formas estratégicas para contornar os coletivos insatisfeitos com o projeto de cidade vigente. Tais sujeitos, símbolos e instrumentos, assim como seus hiatos remetem, no entanto, ao ilusionismo, posto que vêm reafirmar que a cidade sem conflitos não passa de uma utopia de marketing.

### **Considerações Finais**

A conjuntura recente, a partir da poderosa onda de manifestações desde junho de 2013, mostra que o cenário político do planejamento de megaeventos pode nunca mais ser o mesmo. As práticas de resistência à cidade olímpica vêm desafiar a esfera da mercantilização da vida e trazem para o centro da agenda política a bandeira do direito à cidade. As vozes das

ruas politizam e democratizam a cena pública, afirmam e legitimam o “direito à cidade” e constituem importante referência para uma possível nova urbanidade.

O entendimento das transformações urbanas mediante o reconhecimento do que chamamos de novas gramáticas territoriais, em permanente disputa, permitiu transcender alguns estudos anteriores, preocupados com a produção hegemônica da imagem das cidades e avançar na compreensão das territorialidades dos coletivos de resistência, que lhe fazem frente.

Afinado com conceitos de espaço desenvolvidos por Massey (2008) e Haesbaert (2012) o método de análise para identificação das gramáticas relacionais, e dos princípios que as regulam, promove a percepção das inter-relações dos sujeitos nos territórios. A coexistência, a multiplicidade e o espaço em construção são ao mesmo tempo a bandeira de luta e a estratégia. Dispositivos comunicacionais, deslocamentos, justaposições, contenções, contornamentos, oposições, recuos, avanços são realizados pelos sujeitos no e por meio das práticas espaciais.

Esses movimentos vêm constituir, em alguns casos, eventos cujas gramáticas produzem disrupções, subvertem hierarquias, transformam os sentidos da apropriação da cidade e dos espaços públicos, mediante narrativas e linguagens cujo poder retórico emana do próprio uso do espaço como instrumento de luta e de afirmação do conflito (Miraftab, 2009).

O que as manifestações de junho 2013 reivindicaram não foi simplesmente a diminuição da tarifa do transporte, que foi apenas seu estopim. “Não é por centavos, é por direitos” estampavam os cartazes no Brasil urbano, em corpografias que arrastaram milhões. No Rio de Janeiro, alguns movimentos sociais que sucederam às jornadas de junho apresentaram, em suas gramáticas, uma clara relação conflitual com o projeto de cidade relacionado à Cidade Olímpica. Buscaram reinventar o espaço ao acionar diferentes escalas, conexões entre os atores e as estratégias de comunicação, para dar mais reconhecimento a suas disputas.

Das situações urbanas criadas pelos sujeitos das micro resistências, às grandes manifestações, percebemos que é no espaço público que a política é materializada, compreendido como espaço do discurso (léxis) e da ação (práxis) (Arendt 2007), onde têm lugar os conflitos. Se as disputas simbólicas e políticas pelo território se multiplicam, se uma fagulha pode incendiar a pradaria, o Rio de Janeiro dos megaeventos já não pode ser compreendido pelas chaves da integração simbólica em torno ao urbanismo olímpico.

## Referências

- Acsehrad, H. 2007. Vigiar e Unir – a agenda da sustentabilidade urbana? *Revista VeraCidade* ano 2 (2) 1- 11.
- Arantes, O. 2000. Uma Estratégia Fatal, in: Arantes, O. et. Al. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 11-74.
- Arendt, H. 2007. *A condição Humana*, Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Boltanski, L; Chiapello, E. 1999. *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*. Paris: éd. Gallimard.
- Bourdieu, P. 1989. *O poder simbólico*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Broudehoux, A.M. 2007. Spectacular Beijing: The conspicuous construction of an Olympic metropolis, *Journal of Urban Affairs*, 29(4), 383-99.
- \_\_\_\_\_. 2014. A construção da imagem urbana orientada por grandes eventos: potemkinismo, a mídia e a periferia, in: Sánchez et al *A copa do mundo e as cidades: políticas, projetos e resistências*, Niterói - RJ: EdUFF, 19-33.
- Debord, G. 1967. *La Société du Spectacle*, Paris: Éditions Buchet-Chastel.
- Foucault, M. 1995. Sujeito e poder, in: Rabinow, P. & Dreyfuss, H. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 231-249.
- Gold J, Gold M. 2011. *Olympic cities: urban planning, city agendas and the world's games, 1896 to the present*, London: Routledge.
- Harvey, D. 2012. *Rebel Cities*. New York: Verso Books.
- Haesbaert, R. 2012. Cidade “i-mobilizada”: contenção e contornamento como estratégias territoriais de controle, in: Barbosa, JL et al. *Ordenamento Territorial e ambiental*. Niterói: EdUFF, 73-91.
- Horne, J. 2014. A construção dos BRICs por meio da construção de estádios: reflexões preliminares sobre os recentes e futuros megaeventos esportivos em quatro economias emergentes, in Sánchez, F et al. *A copa do mundo e as cidades: políticas, projetos e resistência*, Niterói - RJ: EdUFF, 35-44.
- Jacques, P B. 2008. Corpografias urbanas. *Arquitextos*, São Paulo, ano 08, n. 093.07, *Vitruvius*. Disponível: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165> [Acessado 3 Dezembro 2014].
- Leite, R P. 2002. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 17, n. 49, 115-172.
- Lefebvre, H. 1968. *La vie quotidienne dans le monde moderne*. Paris: Gallimard.

- Massey, D. 2008. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Miraftab, F. 2009. Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South. *Planning Theory* 8(1):32-50.
- Mitchell, D. 1995. The End of Public Space? People's Park, Definitions of the Public and Democracy. *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 85, No. 1,108-133.
- Muñoz, F. 2003. "Brandcelona". *La ciudad está em venta*. Barcelona: *La Vanguardia*, \_\_\_\_\_.
- \_\_\_\_\_. 2005. Olympic urbanism and Olympic Villages: planning strategies in Olympic host cities, *Sociological Review*. v. 54, 175-187.
- Oliveira F, et al. 2012. *Grandes Projetos metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 362p.
- Ribeiro, A.C.T. 2006. A acumulação primitiva do Capital Simbólico, in: Jeudi,H.P et al, *Corpos e Cenários Urbanos: Territórios Urbanos e Políticas Culturais*. Salvador (Brasil), EDUFBA.
- Rolnik, R. 2013. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações, in: Maricato, E et. al.. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maio, 07-12.
- Sánchez, F. 2010. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Argos – UNOChapecó.
- \_\_\_\_\_. Broudehoux, A.M. 2013. Mega-events and urban regeneration in Rio de Janeiro: planning in a state of emergency, *International Journal of Urban Sustainable Development*, 5:2, 132-153.
- Smith, N. 1996. *The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City*. New York: Routledge.
- Vainer, C. 2000. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano, in: Arantes, O. et. al. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 75-104.
- \_\_\_\_\_.2011 Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. *XIV Enanpur*. Rio de Janeiro: Anpur.
- Zukin, S. 1993. *Landscapes of Power: From Detroit to Disney World* Berkeley, University of California Press.